

Brasiliiana Participações S.A.

Brasiliiana Participações S.A.

(anteriormente denominada AES Brazilian Energy Holdings II S/A.)

CNPJ 08.773.191/0001-36

← **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.11 Benefícios a empregados

A controlada indireta Eletropaulo patrocina plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas (taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios, expectativa de vida, etc.) revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em exercício inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal) e menos o valor justo dos ativos do plano. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (FUNCESP). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou de suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou às suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra pública. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

4.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

4.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro de 12 meses.

4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas-base de elaboração das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não havia ajustes significativos decorrentes de valor presente de ativos ou passivos.

4.15 Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados para serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada de forma reflexa em relação aos lançamentos registrados por suas controladas na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e amortização, em função do registro das reavaliações na controlada indireta Eletropaulo, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia e nos dividendos da própria controlada.

No encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra no passivo uma obrigação equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta de pagamento dos dividendos excedentes ao mínimo obrigatório na rubrica “proposto de distribuição de dividendos adicionais”, no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas podem distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a distribuição de dividendos foi com base no lucro acumulado oriundo da incorporação do acervo cindido da Companhia Brasileira, conforme reorganização societária - nota explicativa nº 1.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

A política de distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio das companhias controladas seguem as mesmas diretrizes da Companhia, considerando os dividendos mínimos estipulados nos estatutos sociais de cada controlada.

4.16 Pagamentos baseados em ações

A controladora indireta, The AES Corporation, mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas nas controladas ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido das controladas, em conta específica que indica o compromisso futuro da The AES Corporation de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridos pelos funcionários das controladas. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital das controladas em favor da The AES Corporation.

4.17 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas das principais controladas referem-se a:

(a) **Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica**

Os serviços de distribuição de energia elétrica, prestado pela controlada indireta Eletropaulo, são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado exercício. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela controlada indireta Eletropaulo. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

(b) **Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de venda de energia elétrica prestado pela controlada Uruguiana é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(c) **Receita de prestação de serviços**

A receita de venda e a receita de serviços prestados pela controlada AES Serviços incluem somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros tais como tributos sobre vendas e tributos sobre serviços não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações dos resultados. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(d) **Receita de juros**

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeira, na demonstração do resultado.

(e) **Contratos de construção**

A controlada indireta Eletropaulo é abrangida dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela controlada indireta Eletropaulo são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura para alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica, a Administração da controlada indireta Eletropaulo registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

4.18 Contratos de arrendamento

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pelas controladas da Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

4.19 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos.

A Companhia não apresentou lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 devido o efeitos da reestruturação societária (nota explicativa nº 1), terem ocorrido somente em 31 de dezembro de 2015.

4.20 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, para o qual haja informação financeira individualizada disponível, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e de suas controladas para a tomada de decisões sobre a alocação de recursos ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição e outra de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui os seguintes segmentos passíveis de divulgação:

- Distribuição de energia - Eletropaulo;
- Geração de energia - Uruguiana;
- Outros

Anteriormente aos eventos da reorganização societária, descritos na nota explicativa nº 1, a Companhia não detinha participações em outras sociedades, desta forma não está sendo apresentada a nota explicativa por segmentos de negócios.

4.21 Julgamentos estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas, estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de suas experiências e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) **Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**

Conforme descrito na nota explicativa nº 4.11, a controlada indireta Eletropaulo patrocina planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

As principais premissas utilizadas estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido.

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

(b) **Amortização do intangível de concessão**

Os ativos intangíveis da controlada indireta Eletropaulo são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, a controlada indireta Eletropaulo utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

(c) **Vida útil dos bens do imobilizado**

Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil-econômica estimada, os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012 ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

(d) **Provisão para processos judiciais e outros**

De acordo com a nota explicativa nº 4.7, a Companhia e suas controladas constituem provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

(e) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração**

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, em bases trimestrais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 4.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração estima que os valores contábeis sejam recuperados através de suas operações futuras.

(f) **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(g) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida**

O critério referente à análise do risco de crédito para determininação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 4.1 (c).

(h) **Ativo financeiro da concessão**

Conforme descrito na nota explicativa nº 4.1(f), o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. O valor desse ativo financeiro é calculado considerando-se a “Base de Remuneração” homologada pela ANEEL. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente na controlada indireta Eletropaulo, cujo fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A Revisão Tarifária da controlada indireta Eletropaulo ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a “Base de Remuneração” é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Dessa forma nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da “Base de Remuneração” entre os períodos de revisão. A controlada indireta Eletropaulo aplicou o IGP-M até o mês de novembro de 2015 como fator de atualização do valor justo da “Base de Remuneração”. No mês de dezembro de 2015, com base no item 8 e no Submódulo 2.3 do PRORET - Procedimentos de Regulação Tarifária, vigente a partir de 23 de novembro de 2015, a Controlada indireta Eletropaulo passou a aplicar o IPCA como fator de atualização. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

(i) **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 30.

(j) **Receita não faturada**

A receita não faturada é registrada conforme descrito na nota explicativa nº 4.17 (a).

(k) **Transações com pagamentos baseados em ações**

As controladas da Companhia mensuram o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

4.22 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

(i) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 08/2015 - Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21 (R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45. Todas as alterações são para vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e de maneira geral, introduzem melhorias nos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.

(ii) Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 - Lease
- Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
- Modificações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
- Modificações à IAS 27 - Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*;
- Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação;
- Melhorias Anuais nas IFRSs ciclo 2012 - 2014.

5. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e Equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tipo de operação				
Numerário disponível	25	–	13.324	–
Numerário em trânsito	–	–	136.742	–
Operação compromissada (i)	–	–	2.116	–
Subtotal	25	–	152.182	–

Investimentos de curto prazo	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tipo de operação				
CDB-DI (i)	85.202	–	142.220	–
Operação compromissada (i)	241.676	–	647.040	–
Fundo de Investimento	–	–	305	–
Subtotal	326.878	–	789.565	–
Total	326.903	–	941.747	–

(i) Certificações de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados, em média, nas controladas variando de 98,36% a 99,73% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e têm características de liquidez imediata, sem perda de rendimento com o próprio emissor.

6. Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias

CIRCULANTE	Consolidado				
	2015				
	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
Saldos vindencios	até 90 dias	mais de 90 dias			

Consumidores:						
Residencial	395.170	424.376	81.547	901.093	(86.886)	814.207
Industrial	81.821	51.581	25.649	159.051	(9.560)	149.491
Comercial	280.555	87.224	24.768	392.547	(7.589)	384.958
Rural	107	53	5	165	–	165
Poder público:						
Federal	5.023	4.546	3.054	12.623	(88)	12.535
Estadual	19.864	9.783	203	29.850	–	29.850
Municipal	23.413	8.544	1.627	33.584	(43)	33.541
Iluminação pública	26.814	3.968	330	31.112	–	31.112
Serviço público	43.275	3.616	5.936	52.827	(1.094)	51.733
Total - Faturado	876.042	593.691	143.119	1.612.852	(105.260)	1.507.592
Não Faturado	854.837	–	–	854.837	–	854.837
Total	1.730.879	593.691	143.119	2.467.689	(105.260)	2.362.429
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	164.865	–	–	164.865	–	164.865
Encargos de uso da rede	43	238	–	281	–	281
Ressarcimento - Leilões de energia	5.566	–	–	5.566	–	5.566
Outros	163	–	4.248	4.411	(4.248)	163
Total	170.637	238	4.248	175.123	(4.248)	170.875
Total - CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE	1.901.516	593.929	147.367	2.642.812	(109.508)	2.533.304
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	–	–	33.121	33.121	–	33.121
Iluminação pública (**)	–	–	26.451	26.451	–	26.451
Total - NÃO CIRCULANTE NÃO - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.901.516	593.929	206.939	2.702.384	(109.508)	2.592.876

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 11.

(**) Em 6 de agosto de 2015 foi publicada a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) referente às Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) nº 4357 e nº 4425, que buscavam impugnar a Emenda Constitucional nº 62 de 2009, cujo objeto era o estabelecimento da forma de pagamento dos precatórios judiciais emitidos até 25 de março de 2015. Dentre outros, tal decisão estabeleceu os seguintes pontos:

- Ratificação de todos os procedimentos e todas as operações anteriormente realizadas para a quitação dos precatórios, não restando mais nenhum risco aos credores quanto a eventual discussão da validade dos recebimentos ocorridos entre 2009 e março de 2015;
- Definição de um prazo certo e determinado para a quitação dos precatórios pendentes de pagamento até 25 de março de 2015 (até janeiro de 2020);
- Na hipótese de impuntualidade da Fazenda Pública no repasse dos valores necessários para o pagamento dos Precatórios, o Presidente do respectivo Tribunal de Justiça fica compelido a realizar sequestro das verbas necessárias, sob pena de crime de responsabilidade.

A Administração da controlada indireta Eletropaulo reavaliou os créditos advindos de precatórios judiciais junto a municípios e concluiu que a decisão acima garante a realização de tais créditos e constituiu contas a receber no valor total de R\$ 26.451, sendo refletido R\$ 6.654 de principal (nota explicativa nº 11) e R\$ 19.797 de juros, multa e atualização financeira até 31 de dezembro de 2015 no resultado financeiro. Em função da incerteza com relação à realização dos precatórios judiciais até a data da decisão do STF, tais créditos haviam sido baixados para perda.

Os consumidores da controlada indireta Eletropaulo escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

7. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Consolidado	
	2015	2014
	7.996	–
	21.773	–
	5.711	–
Total	35.480	–

Outros tributos compensáveis	Consolidado	
	2015	2014
	176	–
	73.535	–
	1.810	–
	16.857	–
	978	–
	212	–
	8	–
Subtotal	93.576	–
NÃO CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	34.429	–
Subtotal	34.429	–
Total	128.005	–

(*) Saldo de créditos de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, adquiridos de terceiros, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ, para compensação de ICMS que a controlada indireta Eletropaulo recolherá para a SEFAZ-SP.

8. Tributos e contribuições sociais diferidos

Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado	
	2015	2014	2015	2014
Provisão de benefício a empregados	319.282	–	–	–
Provisão para processos judiciais e outros	184.482	–	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	95.560	–	–	–
Ajustes				

← **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)
<p>Conforme orientação contida no CPC 32 os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:</p>

Tributos Diferidos	2015				
	Controladora	AES Elpa	AES Eletropaulo	AES Serviços	Consolidado
Ativo líquido	–	–	438.191	4.325	442.516
Passivo líquido	(4.114)	(2.416)	–	–	(6.530)
Total	(4.114)	(2.416)	438.191	4.325	435.986
Composição das rubricas:					
Ativo	–	–	1.214.227	4.325	1.218.552
Passivo	(4.114)	(2.416)	(776.036)	–	(782.566)
Total	(4.114)	(2.416)	438.191	4.325	435.986

Com base nos estudos técnicos de geração de lucros tributáveis futuros, a controlada indireta Eletropaulo e a controlada AES Serviços, estimam recuperar esses créditos nos seguintes exercícios:

	2015		
	Controlada indireta Eletropaulo e AES Serviços		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016	60.880	21.918	82.798
2017	150.039	54.014	204.053
2018	105.570	38.005	143.575
2019	122.093	43.953	166.046
2020-2022	344.077	123.868	467.945
2023-2025	98.435	35.437	133.872
2026-2028	14.900	5.363	20.263
	895.994	322.558	1.218.552

Os estudos técnicos de viabilidade de realização dos créditos tributários foram aprovados pela Administração da controlada indireta Eletropaulo e controlada AES Serviços. A controlada indireta Eletropaulo também submeteu o referido estudo para exame do Conselho Fiscal.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial crescimento da controlada indireta Eletropaulo e da controlada direta AES Serviços foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao seu futuro e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração da controlada indireta Eletropaulo e da controlada direta AES Serviços, entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

A Companhia não registra impostos diferidos ativos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos.

As controladas Uruguiana e Elpa não registram impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas Uruguiana e Elpa acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não são base para impostos diferidos ativos. A Companhia acumula somente diferenças temporárias, as quais também não são base para impostos diferidos ativos, conforme demonstrado a seguir:

	2015	Controladora	AES Uruguiana	AES Elpa	Total
Prejuízo Fiscal	–	–	385.581	1.055.536	1.441.117
Base Negativa Contribuição Social	–	–	385.580	1.291.489	1.677.069
Diferenças temporárias ativas	39.659	–	434.511	836.847	1.311.017

9. Contas a receber - acordos e outras contas receber

A composição do saldo de contas a receber - acordos da controlada indireta Eletropaulo é como segue:

	Controlada - Eletropaulo		
	2015	2014	
CIRCULANTE			
Termo de confissão de dívida:			
Prefeituras municipais diversas	–	–	11.215
Consumidores	–	–	238.068
Outros	–	–	755
Total	–	–	250.038
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 11	–	–	(160.286)
Saldo Líquido de PCLD	–	–	89.752
NÃO CIRCULANTE			
Termo de confissão de dívida:			
Prefeituras municipais diversas	–	–	–
Consumidores	–	–	24.107
Total	–	–	24.107
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 11	–	–	(14.892)
Saldo Líquido de PCLD	–	–	9.215
Total circulante + não circulante	–	–	98.967

Em decorrência dos incrementos tarifários, houve um acréscimo no número de acordos realizados em 2015. Como estratégia para regularização de débitos em atraso pelos consumidores, a controlada indireta Eletropaulo intensificou a realização de "feirões" específicos para este tipo de negociação.

A abertura do contas a receber - acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vencidos			Total
	Saldos vinctendos	até 90 dias	mais de 90 dias	
Prefeituras municipais diversas	11.215	–	–	11.215
Consumidores	123.156	29.515	109.504	262.175
Outros	–	–	755	755
Subtotal	134.371	29.515	110.259	274.145
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49.398)	(15.521)	(110.259)	(175.178)
Saldo líquido de PCLD - Circulante + Não Circulante	84.973	13.994	–	98.967

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado		
	2015	2014	2015	2014	
CIRCULANTE					
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	–	–	45.700	–	–
Cauções e depósitos vinculados	–	–	985	–	–
Valores a receber na alienação de imóvel	–	–	79.140	–	–
Alienação de bens e direitos	–	–	10.919	–	–
Repasso CDE - Descontos na tarifa	–	–	177.011	–	–
Serviços prestados	–	–	1.237	–	–
Outros créditos - partes relacionadas - nota nº 29.1	–	–	2.794	–	–
Outros	–	–	25.056	–	–
Total	–	–	342.842	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 11	–	–	(621)	–	–
Saldo Líquido de PCLD	–	–	342.221	–	–
NÃO CIRCULANTE					
Financiamento à Cesp	–	–	8.455	–	–
Direito do uso do gás	–	–	89.931	–	–
Bens e direitos destinados à alienação	–	–	38.321	–	–
Cauções contratuais - venda de imóveis	–	–	11.035	–	–
Outros	32	–	5.618	–	–
Total	32	–	153.360	–	–
Saldo Líquido de PCLD	32	–	153.360	–	–

11. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

	Controladora		Consolidado		
	2015	2014	2015	2014	
CIRCULANTE					
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	–	–	45.700	–	–
Cauções e depósitos vinculados	–	–	985	–	–
Valores a receber na alienação de imóvel	–	–	79.140	–	–
Alienação de bens e direitos	–	–	10.919	–	–
Repasso CDE - Descontos na tarifa	–	–	177.011	–	–
Serviços prestados	–	–	1.237	–	–
Outros créditos - partes relacionadas - nota nº 29.1	–	–	2.794	–	–
Outros	–	–	25.056	–	–
Total	–	–	342.842	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 11	–	–	(621)	–	–
Saldo Líquido de PCLD	–	–	342.221	–	–
NÃO CIRCULANTE					
Financiamento à Cesp	–	–	8.455	–	–
Direito do uso do gás	–	–	89.931	–	–
Bens e direitos destinados à alienação	–	–	38.321	–	–
Cauções contratuais - venda de imóveis	–	–	11.035	–	–
Outros	32	–	5.618	–	–
Total	32	–	153.360	–	–
Saldo Líquido de PCLD	32	–	153.360	–	–

12. Contrato de concessão público - privado

	Controladora		Consolidado		
	2015	2014	2015	2014	
CIRCULANTE					
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	–	–	45.700	–	–
Cauções e depósitos vinculados	–	–	985	–	–
Valores a receber na alienação de imóvel	–	–	79.140	–	–
Alienação de bens e direitos	–	–	10.919	–	–
Repasso CDE - Descontos na tarifa	–	–	177.011	–	–
Serviços prestados	–	–	1.237	–	–
Outros créditos - partes relacionadas - nota nº 29.1	–	–	2.794	–	–
Outros	–	–	25.056	–	–
Total	–	–	342.842	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 11	–	–	(621)	–	–
Saldo Líquido de PCLD	–	–	342.221	–	–
NÃO CIRCULANTE					
Financiamento à Cesp	–	–	8.455	–	–
Direito do uso do gás	–	–	89.931	–	–
Bens e direitos destinados à alienação	–	–	38.321	–	–
Cauções contratuais - venda de imóveis	–	–	11.035	–	–
Outros	32	–	5.618	–	–
Total	32	–	153.360	–	–
Saldo Líquido de PCLD	32	–	153.360	–	–

11. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A composição das provisões para créditos de liquidação duvidosa são apresentados como segue:

	Consolidado		
	2015	2014	
CIRCULANTE			
Consumidores - nota nº 6	(105.260)	–	–
Revendedores - nota nº 6	(4.248)	–	–
Outros Créditos - Serviços Prestados - nota nº 10	(621)	–	–
Contas a Receber - acordos - nota nº 9	(160.286)	–	–
Total	(270.415)	–	–
NÃO CIRCULANTE			
Contas a Receber - acordos - nota nº 9	(14.892)	–	–
Total	(14.892)	–	–
Total Geral	(285.307)	–	–

12. Contrato de concessão público - privado

	Controlada Eletropaulo		
	2015	2014	
Ativo Financeiro			
Ativo financeiro da concessão	2.004.798	–	–
Ativo intangível concessão			
Ativo intangível - bens da concessão	5.158.378	–	–
Total	7.163.176	–	–
Características do contrato de concessão da controlada indireta Eletropaulo			

Em 15 de junho de 1998, a controlada indireta Eletropaulo e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a controlada indireta Eletropaulo deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da controlada indireta Eletropaulo não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005 foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a controlada indireta Eletropaulo e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos artigos 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010 foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a controlada indireta Eletropaulo e a União Federal, cujo objeto foi alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da "Parcela A" da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998-ANEEL, celebrado em 15 de junho de 1998, estabelecido na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a controlada indireta Eletropaulo e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela controlada indireta Eletropaulo.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão são integralmente atendidas, a Administração da controlada indireta Eletropaulo concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da controlada indireta Eletropaulo ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

13. Investimentos

	Controladora		Consolidado		
	2015	2014	2015	2014	
Participações societárias permanentes:					
Valor patrimonial	1.245.250	–	–	–	–
Recursos destinados a aumento de capital	429.200	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	213.718	–	–	–	–
Efeito reflexo (perda) atuarial de controladas	(283.770)	–	–	–	–
Subtotal	1.604.398	–	–	–	–
Bens e Direitos destinados a uso futuro	–	–	13.082	–	–
Outros	–	–	48	–	–
Total	1.604.398	–	13.130	–	–

Composição dos investimentos	AES Elpa	AES Uruguiana	AES Eletropaulo	AES Serviços	Total
Participação direta					
31.12.2015	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Quantidade de ações ordinárias 31.12.2015	93.404.112	1.015.222.738	–	N/A *	
Percentual de participação em ações ordinárias 31.12.2015	98%	100%	0%	N/A *	
Valor do capital social 31.12.2015	958.782	8.562	1.257.629	29.172	
Patrimônio Líquido 31.12.2015	1.030.765	30.428	2.818.717	6.748	
% de participação	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Saldo do investimento	1.012.798	30.428	125.224	6.748	1.175.198
Recursos destinados a aumento de capital	429.200	–	–	–	429.200
	1.441.998	30.428	125.224	6.748	1.604.398

(*) A controlada AES Serviços é uma

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras/Credores	Consolidado									
	2015									
	Vencimento	Taxa Efetiva (**)%	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Encargos			Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e Financiamentos Controlada Eletropaulo										
<i>Em moeda nacional</i>										
BNDES - Finame	2016	8,70	2	637	-	639	-	-	-	639
FINEP - (*)	2024	5,00	108	3.671	-	3.779	40.706	-	40.706	44.485
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	2019	CDI + 2,64	2.463	-	(1.829)	634	300.000	(3.759)	296.241	296.875
FINEM - Subcrédito A	2021	TJLP + 4,22	240	11.033	-	11.273	46.890	-	46.890	58.163
FINEM - Subcrédito B	2021	SELIC + 4,22	108	11.913	-	12.021	50.630	-	50.630	62.651
FINEM - Subcrédito C	2021	9,50	107	5.130	-	5.237	21.804	-	21.804	27.041
FINEM - Subcrédito E	2021	SELIC + 3,20	32	4.396	-	4.428	18.681	-	18.681	23.109
Outros			275	-	-	275	-	-	-	275
Total			3.335	36.780	(1.829)	38.286	478.711	(3.759)	474.952	513.238
Controlada Eletropaulo Debêntures										
Debêntures - 9ª Emissão	2018	CDI + 2,98	9.297	75.000	(2.471)	81.826	100.000	(2.459)	97.541	179.367
Debêntures - 11ª Emissão	2018	CDI + 2,24	4.928	100.000	(837)	104.091	100.000	(869)	99.131	203.222
Debêntures - 13ª Emissão	2020	CDI + 2,38	2.299	-	(1.626)	673	280.000	(3.207)	276.793	277.466
Debêntures - 14ª Emissão	2021	CDI + 1,90	7.757	-	(1.696)	6.061	600.000	(7.649)	592.351	598.412
Debêntures - 15ª Emissão	2018	CDI + 1,98	24.486	250.000	(4.785)	269.701	500.000	(4.730)	495.270	764.971
Debêntures - 16ª Emissão	2016	CDI + 3,86	18.989	174.930	(265)	193.654	-	-	193.654	96.215
Debêntures - 17ª Emissão (2ª série)	2017	CDI + 2,24	6.519	-	(289)	6.230	90.000	(15)	89.985	96.215
Debêntures - 18ª emissão - (1ª série)	2022	CDI + 3,06	6.991	-	(237)	6.754	200.000	(1.043)	198.957	205.711
Debêntures - 18ª emissão - (2ª série)	2022	CDI + 3,07	6.991	-	(250)	6.741	200.000	(1.118)	198.882	205.623
Debêntures - 19ª Emissão - a.9	2021	CDI + 3,12	2.881	-	(339)	2.542	320.000	(1.060)	318.940	321.482
Total			91.138	599.930	(12.795)	678.273	2.390.000	(22.150)	2.367.850	3.046.123
Controladas Eletropaulo e AES Serviços Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro		8,49 a 15,64	-	11.724	-	11.724	32.190	-	32.190	43.914
Total			94.473	648.434	(14.624)	728.283	2.900.901	(25.909)	2.874.992	3.603.275

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das Subvenções Governamentais

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os financiamentos referentes ao FINEM e as Debêntures - 18ª emissão possuem como garantia os recebíveis da controlada indireta Eletropaulo, sendo passível de bloqueio em conta bancária. Esta garantia corresponde a 25% do saldo devedor do financiamento, no caso do FINEM, e à totalidade do saldo devedor, no caso das Debêntures - 18ª emissão. FINAME e FINEP possuem cartas de fiança como garantia contratadas pela controlada indireta Eletropaulo, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa ao ano
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	4	60.435	1,30% a 3,50%

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

19.2 As principais características dos contratos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir: Controlada indireta Eletropaulo

Consolidado									
	Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Vencimento		
a.1	R\$ 4.583	maio de 2011	Finame	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal.	Mensal (a partir de junho de 2013)	maio de 2016		
a.2	R\$ 37.096	fevereiro 2012	FINEP	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	fevereiro de 2020		
	R\$ 96.748	abril 2014	FINEP	TJLP+5%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	abril de 2024		
a.3	R\$ 600.000	novembro 2009	Bradesco (CCB's)	CDI+1,50%	Semestrais	Anual	novembro de 2012 novembro de 2013 novembro de 2014 novembro de 2015 dezembro de 2015 novembro de 2017 novembro de 2018 novembro de 2019		
a.4	R\$ 177.756	abril 2015	FINEM - Subcrédito A FINEM - Subcrédito B FINEM - Subcrédito C FINEM - Subcrédito E	TJLP + 4,22% SELIC + 4,22% 9,5% SELIC + 3,20%	Trimestral até a carência. A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de outubro de 2015)	Março de 2021		
a.5	R\$ 250.000	dezembro 2005	9ª Emissão	CDI+1,12%	Semestrais	Anual	agosto de 2015 agosto de 2016 agosto de 2017 agosto de 2018		
a.6	R\$ 200.000	maio 2007	11ª Emissão	CDI+1,75%	Semestrais	Anual	novembro de 2016 novembro de 2018		
	R\$ 400.000	maio 2010	13ª Emissão	CDI+1,50%	Semestrais	Anual	maio de 2013 maio de 2014 maio de 2015 dezembro de 2015 maio de 2017 maio de 2018 maio de 2019 maio de 2020		
a.7	R\$ 600.000	novembro 2011	14ª Emissão	CDI+1,50%	Semestrais	Anual	novembro de 2018 novembro de 2019 novembro de 2020 novembro de 2021		
a.8	R\$ 750.000	outubro 2012	15ª Emissão	CDI+1,24%	Semestrais	Anual	outubro de 2016 outubro de 2017 outubro de 2018		
a.10	R\$ 350.000	julho 2014	16ª Emissão	CDI+2,40%	no vencimento	única	junho 2016		
a.11	R\$ 100.000 R\$ 90.000	janeiro 2015	17ª Emissão (1ª série) 17ª Emissão (2ª série)	CDI+1,35% CDI+1,90%	no vencimento Semestrais	única única	junho 2015 janeiro de 2017		
	R\$ 200.000	julho 2015	18ª Emissão (1ª série)	CDI + 2,85%	Trimestral	Trimestral	Outubro de 2017 a Abril de 2022 julho de 2022 Outubro de 2017 a Abril de 2022 julho de 2022		
a.12	R\$ 200.000		18ª Emissão (2ª série)	CDI + 2,85%	Trimestral	Trimestral	Outubro de 2017 a Abril de 2022 julho de 2022		
a.13	R\$ 320.000	dezembro 2015	19ª Emissão	CDI + 2,95%	Semestral	Semestral única	Junho de 2017 a Dezembro de 2021 Julho de 2020		

Controladas Eletropaulo e AES Serviços

Os contratos de arrendamentos financeiros das controladas referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros. O saldo de arrendamento financeiro, em 31 de dezembro de 2015, registrado pelas Controladas era de R\$ 43.914 no passivo, e R\$ 41.320 no ativo. A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 41.320 em 31 de dezembro de 2015.

19.3 Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício de 2015 - Controlada indireta Eletropaulo:

FINEM - em fevereiro de 2015 a controlada indireta Eletropaulo obteve junto ao Banco Itaú, mediante repasse contratado com o BNDES, um financiamento para implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2014, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica, com carência de 6 meses para pagamento de principal. A ANEEL, por meio do Despacho nº 596/2015, anuiu à contratação no montante de R\$ 172.000. O montante total aprovado é liberado de acordo com a comprovação das obras previstas em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 171.144.

Debêntures - 17ª Emissão - R\$ 190.000 em debêntures, ocorrida em 16 de janeiro de 2015, no mercado local, com vencimentos em julho de 2015 (1ª série) e janeiro de 2017 (2ª série).

	Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
17ª Emissão (1ª série)	CDI + 1,35%	No vencimento	R\$ 100.000	Julho de 2015
17ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,90%	Semestrais	R\$ 90.000	Janeiro de 2017

As emissões de debêntures são de espécie quirográfrica, não conversíveis em ações e em duas séries. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados para o reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Em julho de 2015 foi liquidado o montante de R\$ 106.691, referente à 1ª série desta emissão.

Debêntures - 18ª Emissão - R\$ 400.000 em debêntures, em duas séries de R\$ 200.000 cada, ocorrida em 14 de julho de 2015, no mercado local, com vencimentos até julho de 2022.

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, em duas séries, de espécie com garantia real. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Em 11 de setembro de 2015 foi celebrado pela controlada indireta Eletropaulo, o primeiro aditamento da escritura da 18ª emissão de debêntures, por meio do qual foi formalizada a convalidação da espécie das Debêntures de quirográfrica para a espécie com garantia real. Possuem como garantia os recebíveis da controlada indireta Eletropaulo, sendo passível de bloqueio em conta bancária. Esta garantia corresponde a totalidade do saldo devedor deste financiamento.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados para o reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017.

Debêntures - 19ª Emissão - R\$ 320.000 em debêntures, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, no mercado local, com vencimento em julho de 2021. As emissões de debêntures são de espécie quirográfrica e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para a realização do resgate antecipado obrigatório das Notas promissórias - 2ª Emissão, recomposição de caixa referente aos pagamentos das parcelas de principal vencidas em 2015 e 2016 das Cédulas de Crédito Bancário ("CCB Bradesco") e pagamento da parcela de principal vencida em 2016 da 13ª emissão de debêntures.

19.4 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores

	R\$	%
Moeda nacional		
CDI	3.249.397	92,61
SELIC	85.640	2,44
TLJP	57.923	1,65
Taxa fixa	115.862	3,30
Total	3.508.822	100,00

19.5 Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2017	159.429	535.144	8.673	(11.490)	691.756
2018	160.876	712.264	6.493	(8.008)	871.625
2019	101.338	407.264	5.111	(3.562)	510.151
2020	36.649	367.264	4.070	(1.901)	406.082
Após 2020	20.419	368.064	7.843	(948)	395.378
Total	478.711	2.390.000	32.190	(25.909)	2.874.992

19.6 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	2015
	%
CDI (*)	14,14
SELIC (*)	14,15
TJLP (*)	7,00

(*) Índice do último dia do exercício.

19.7 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada indireta Eletropaulo pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da controlada indireta Eletropaulo mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

(i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes.

(ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado (*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser superior a 1,75 vezes.

Em 31 de dezembro de 2015, estes índices eram de:

(i) Dívida líquida/EBITDA ajustado = 3,47 vezes;

(ii) EBITDA ajustado/despesa financeira = 2,77 vezes.

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2015, a controlada indireta Eletropaulo estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

A controlada indireta Eletropaulo também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2015 foram atendidos.

20. Obrigações com entidade de previdência privada

A controlada indireta Eletropaulo patrocina plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pelas controladas.

Em 1997, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, o plano passou por reformulações, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada indireta Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada indireta Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da controlada indireta Eletropaulo. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Ao final do exercício de 2015, a controlada indireta Eletropaulo procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e passivos atuariais:

	2015
Valor presente das obrigações atuariais	9.770.083
Valor justo dos ativos do plano	(7.165.116)
Obrigações registradas	2.604.967

20.1 Informações acerca do laudo atuarial - Controladora indireta Eletropaulo

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego estão demonstradas a seguir:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	10.078.792	9.789.505
Custo dos serviços correntes	992.042	15.066
Custo dos juros	1.054.916	1.049.523
Benefícios pagos	(914.124)	(896.615)
Contribuições dos empregados	6.753	6.270
Perda (Ganho) atuarial	(472.282)	115.043
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	9.770.083	10.078.792

As movimentações do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	2015	2014
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.259.999	7.236.335
Contribuição do empregador	211.762	224.649
Contribuições dos empregados	6.753	6.270

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADA INDIRETA ELETROPAULO	2015	
	NÃO CIRCULANTE	

Empréstimos e financiamentos:

Confissão de dívida Ila (i)	431.975	
Confissão de dívida I Ib (i)	224.223	
Contrato de ajustes de reserva matemática (ii)	3.643.695	
Total do Contrato	4.299.893	
Diferença entre premissas (*)	(1.694.926)	
Total do Registrado	2.604.967	

(*) A parcela do déficit no montante de R\$1.694.926 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada indireta Eletropaulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

(i) Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997 e aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. A parcela I Ib, refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela FUNCESP à controlada indireta Eletropaulo.

(ii) Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. O saldo deste contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP.

21. Provisões para processos judiciais e outros

21.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

	Controladora			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2015	2014	2015	2014
Processos fiscais - Pis/Cofins (a)	34.253	-	34.253	-
Pis/Cofins - sobre receitas financeiras (b)	1.134	-	959	-
Total	35.387	-	35.212	-
Não Circulante	35.387	-		
Total	35.387	-		

O total de cauções de depósitos vinculados da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 35.684, sendo R\$ 35.212 referente aos processos com prognóstico de probabilidade de perda provável, e R\$ 472 com probabilidade de perda remota.

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2015	2014	2015	2014
Pis/Cofins - controladora (a)	34.253	-	34.253	-
Pis/Cofins - sobre receitas financeiras (b)	21.623	-	24.290	-
Pis/Cofins - controlada Elpa (a)	19.875	-	19.875	-
Trabalhista (c)	248.443	-	215.928	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (d)	13.492	-	3.639	-
Processos cíveis (e)	26.021	-	777	-
Processos administrativos - prefeituras (f)	531	-	-	-
Processos fiscais (g)	65.198	-	27.464	-
Processos regulatórios (h)	71.445	-	-	-
Meio ambiente (i)	11.425	-	-	-
Outros	30.127	-	-	-
Total	542.433	-	326.226	-
Circulante	167.293	-		
Não Circulante	375.140	-		
Total	542.433	-		

O total consolidado de cauções e depósitos vinculados em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$500.204 de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e Depósitos Vinculados	
	2015	2014
Processos prováveis	326.226	-
Processos possíveis	121.824	-
Processos remotos	52.154	-
	500.204	

O valor de cauções e depósitos vinculados a processos com probabilidade de perda possível, referem-se principalmente por depósitos judiciais para processos fiscais, os quais foram realizados com controlada indireta Eletropaulo a fim de viabilizar sua apresentação de defesa nas execuções dos processos de defesa nas execuções dos processos.

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

Controladora e controladas:

(a) **PIS/COFINS:** A Companhia e sua controlada Elpa possuem processos que discutem a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registra em 31 de dezembro de 2015 provisão no montante de R\$54.128. Para a Companhia, houve decisão de 1ª instância desfavorável, aguarda-se decisão de 2ª instância. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2017.

(b) **PIS/COFINS sobre receitas financeiras:** A Companhia e suas controladas diretas e indiretas discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, as controladas diretas e indiretas vêm efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. As controladas diretas e indiretas registraram provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2015, corresponde a R\$ 21.623, e efetuaram depósito judicial no montante de R\$ 24.290. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia e suas controladas, estimam como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia e suas controladas, efetuaram provisão para o referido valor. A Administração das controladas diretas e indireta, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2023.

Controladas:

(c) **Trabalhista:** Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros das controladas pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia. O valor total consolidado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$248.443. A Administração, das controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos entre 2016 e 2020.

(d) **Plano cruzado - reajuste de tarifa:** Referem-se a processos movidos contra a controlada indireta Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período de março a novembro de 1986, quando vigorava o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$13.492. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2017.

(e) **Processos cíveis:** a controla da indireta Eletropaulo atualmente está envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de dezembro de 2015 tais demandas respondem pela provisão de R\$26.021. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2017. Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada indireta Eletropaulo figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 12.131.

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada indireta Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 13.890.

(f) **Processos administrativos - prefeituras:** existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A controlada indireta Eletropaulo mantém provisão em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$531. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2016.

(g) **Processos fiscais:** existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre ILL, autuações relativas à INSS, bem como a incidência de IRPJ e CSLL sobre juros moratórios. Com relação ao ILL, em decorrência da adesão ao Programa de Parcelamento REFIS, foi requerido o levantamento de 45% dos juros contidos no respectivo depósito judicial e, em setembro de 2015, foi expedido alvará de levantamento em favor da controlada indireta Eletropaulo no valor de R\$ 5.995, sendo o restante dos valores depositados convertidos em renda da União. Em novembro de 2015, o processo foi definitivamente encerrado e remetido ao arquivo. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 31 de dezembro de 2015 montam a R\$65.198. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2021.

Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 28 de novembro de 2014, a controlada indireta Eletropaulo aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS (instituído pela Lei nº 11.941/2009 e reaberto através da Lei nº 13.043/2014), com o intuito de utilizar-se dos benefícios de redução dos débitos instituídos pela legislação. Nesta oportunidade, foi requerida a desistência do processo judicial para possibilitar a inclusão no REFIS do débito de ILL (Imposto sobre o Lucro Líquido) constituído em março de 2000, o qual correspondia a provisão no valor de R\$ 25.444 em setembro de 2015.

Segue abaixo um resumo das movimentações ocorridas com a adesão:

	Ativo	Passivo	Resultado Financeiro	
Depósito judicial	25.444	-	-	
Provisão ILL - Principal	-	6.317	-	
Provisão ILL - Juros	-	19.127	-	
Adesão ao Refis (45% dos juros)	-	(5.995)	5.995	
Pagamento ILL (Levamento depósito judicial - União)	(19.449)	(19.449)	-	
Pagamento ILL (Levamento depósito judicial - Companhia)	(5.995)	-	-	
Impacto total			5.995	

(h) **Processos regulatórios - controlada indireta Eletropaulo:**

(h.1) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Trouxou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. Em 7 de novembro de 2013, em juízo de reconsideração, a ARSESP decidiu reduzir parcialmente o montante da penalidade aplicada para R\$16.939. A controlada indireta Eletropaulo aguarda decisão de recurso ainda pendente de julgamento na ANEEL. Em 9 de novembro de 2015, a ANEEL acolheu parcialmente os argumentos apresentados pela controlada indireta Eletropaulo, que, conseqüentemente, reduziu a multa de R\$ 16.939 para R\$ 15.377. Em 19 de novembro de 2015, a penalidade foi liquidada no montante de R\$21.908, contemplando R\$15.377 de principal e R\$6.531 de atualização monetária no período Em 31 de dezembro de 2015, controlada indireta Eletropaulo aguarda o arquivamento do caso.

(h.2) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$20.699. A controlada indireta Eletropaulo em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.

(h.3) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória - Ativo Imobilizado em Serviço, no montante de R\$126.379. Em 2 de janeiro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo apresentou recurso. Em 24 de agosto de 2015, foi dado provimento ao recurso interposto para reduzir as multas impostas pelo Auto de Infração, por infrações relacionadas à fiscalização da Base de Remuneração, para R\$ 98.854. O montante provisionado correspondia a R\$11.301 e, em 10 de setembro de 2015, foi efetuado o pagamento do valor incontroverso no montante de R\$ 8.939, sendo revertida integralmente a provisão constituída até a data. O montante restante está sendo discutido judicialmente (vide nota explicativa nº 21.2.32).

(h.4) A controlada indireta Eletropaulo, como parte do seu processo de *compliance* e governança corporativa, bem como dos programas de auditoria interna, constatou inconsistências na apuração dos seus indicadores de continuidade DEC e FEC no período compreendido entre 2011 e maio de 2015, principalmente em relação ao enquadramento dos expurgos caracterizados como "dia crítico", havendo a necessidade de reprocessamento dos indicadores de continuidade e alteração dos valores globais de DEC e FEC anteriormente informados ao órgão regulador.

A controlada indireta Eletropaulo já comunicou o fato formalmente à ANEEL e está trabalhando no reprocessamento dos indicadores operacionais de continuidade para o período citado, na apuração dos impactos econômicos e financeiros decorrentes desse reprocessamento, bem como nas ações para a devida compensação a todos os envolvidos.

Com base nos dados disponíveis até o momento, a controlada indireta Eletropaulo estima que o impacto decorrente dessas inconsistências para o período mencionado anteriormente possa atingir R\$ 152.530. Portanto, para 31 de dezembro de 2015, a controlada indireta Eletropaulo, registrou uma provisão no mesmo montante, alocando os impactos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados com base na melhor estimativa, da seguinte forma:

- Fator Xq - Devolução tarifária: montante de R\$ 58.100, registrado como "Ativo financeiro setorial, líquido" em contrapartida, no resultado, a "Receita operacional líquida";
- DIC/FIC/DMIC/DICRI: montante de R\$ 59.430, registrado como "Outras obrigações" em contrapartida, no resultado, a "Outros custos" no montante de R\$ 48.400 e a "Despesas financeiras" no montante de R\$ 11.030, relativo à atualização monetária do período abrangido;
- Termo de Ajuste de Conduta: montante de R\$ 35.000, registrado como "Processos judiciais e outros" em contrapartida, no resultado, a "Provisão para processos judiciais e outros, líquida"

As tratativas com a ANEEL acerca da melhor forma de devolução são esperadas ao longo de 2016. O Termo de Ajuste de Conduta é um instrumento que obriga a controlada indireta Eletropaulo a executar ações para a correção das não conformidades apuradas e a investir em obras de melhoria da qualidade do serviço, a ser percebido pelos seus consumidores.

(h.5) A controlada indireta Eletropaulo está envolvida em outros processos regulatórios, para os quais está provisionado o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$15.746. Estes processos referem-se a: (i) Termos de Notificações da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e (ii) Autos de Infração da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos em até 1 ano.

(i) **Meio ambiente:** Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada indireta Eletropaulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada indireta Eletropaulo, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2015, tais demandas respondem pela provisão de R\$11.425. A Administração da controlada indireta Eletropaulo estima que os atuais processos sejam concluídos até 2017. Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea, conforme seguem:

(i.1) **Complexo Cambuci:** Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, foi assinado o compromisso de venda do imóvel, com a obrigação contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que foi concluída em 2015. Em 2014 foram realizadas etapas de remediação e campanhas de monitoramento na área, as quais permitiram a assinatura da escritura pública de venda de imóvel, transferindo definitivamente a propriedade e posse. Atualmente, a controlada indireta Eletropaulo realiza o monitoramento da qualidade da água subterrânea solicitado pela CETESB.

(i.2) **Miguel Yunes:** Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em data anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A controlada indireta Eletropaulo iniciou em fevereiro de 2014 a remoção e destinação do solo impactado com resíduos depositados na área, sendo finalizadas no segundo trimestre de 2015. A investigação em água e solo foi finalizada, restando os monitoramentos da qualidade da água subterrânea solicitado pela CETESB. Será necessário o reaterro da área para nivelamento, que deverá ser executado em 2016.

(i.3) **Estações Transformadoras de Distribuição:** A controlada indireta Eletropaulo iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Novos processos foram abertos em 2013 em decorrência da ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos. Novas etapas de monitoramento acontecerão em 2016.

(i.4) **Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada indireta Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo (ADC) visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rês, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na pericia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à controlada indireta Eletropaulo transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância, tendo o Ministério Público requerido o cumprimento da sentença.

Após determinação do juízo, a controlada indireta Eletropaulo esclareceu que pretendia cumprir a condenação alternativa por meio de doação de área verde em zona de manancial ao Estado de São Paulo. Igualmente, requereu que a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE), na qualidade de proprietária do imóvel, fosse intimada a ingressar no processo, para que seja cumprida a parte da decisão judicial que determinou as demolições, regularizações e plantios na área ocupada pela Associação Desportiva Cultural Eletropaulo.

A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) notificou o juízo e a controlada indireta Eletropaulo informando que não aceitaria a doação de área verde em zona de manancial oferecida pela controlada indireta Eletropaulo, uma vez que representaria custos adicionais ao Estado para instalação e manutenção de infraestrutura ("doação com encargos ao Estado"). Considerando isto, foram iniciadas tratativas com a SMA para cumprir essa parte da sentença por meio da implementação de um projeto ambiental na região. Em 31 de dezembro de 2015, a controlada indireta Eletropaulo mantém provisão para cumprimento das partes estimáveis da presente demanda no montante de R\$ 2.885.

21.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

Nº	Descrição da Contingência	Companhia
		Valor de Contingência Estimada
		2015

21.2.1	Auto de Infração - Aproveitamento de Prejuízo Fiscal	404.463
21.2.2	Compensações Administrativas - Saldos Negativos de IRPJ e CSLL	57.692
21.2.3	Compensações Administrativas - Créditos de IRRF	26.082
21.2.4	Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado

Nº	Descrição da Contingência	Controladas
		Valor de Contingência Estimada
		2015

CONTROLADA ELETROPAULO		
21.2.5	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.787.659
21.2.6	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado
21.2.7	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado
21.2.8	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado
21.2.9	Autuação PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	63.444
21.2.10	Ação Popular - Maruzan Conrado	34.341
21.2.11	Ecovias - Uso do solo	Não determinado
21.2.12	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado
21.2.13	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado
21.2.14	Ação Civil Pública - Suspensão do Fomecimento	16.392
21.2.15	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado
21.2.16	Recolhimento do FGTS	85.205
21.2.17	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	40.373
21.2.18	NFLDs - Execuções Fiscais	32.408
21.2.19	CSLL - Base Negativa	130.463
21.2.20	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	108.122
21.2.21	PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	49.394
21.2.22	PIS - Estatuto da Decadência	221.294
21.2.23	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	3.798
21.2.24	Finsocial	185.021
21.2.25	COFINS - Anistia	149.061
21.2.26	Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	68.616
21.2.27	COFINS - Multa de Ofício	58.988
21.2.28	PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	126.582
21.2.29	Devolução tarifária - Base Blindada	635.516
21.2.30	Auto de Infração nº 1014/2015	155.626
21.2.31	Auto de Infração - Multa de ofício sobre compensações não homologadas	15.025
21.2.32	Auto de Infração - Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória	124.835
21.2.33	Auto de Infração nº 0014/2015	31.522
21.2.34	Termo de Notificação nº 0005/2015	45.729

CONTROLADA URUGUAIANA

21.2.35	PIS/COFINS sobre receita de exportação	20.897
21.2.36	Ação judicial período de dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE	79.700
21.2.37	Requerimento de arbitragem	Não determinado

Brasiliana Participações S.A.

← **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.2.33 Auto de Infração nº 0014/2015

A controlada indireta Eletropaulo recebeu, em 22 de setembro de 2015, o Auto de Infração nº 0014/2015 - ARSESP-SFE - TN 0012/2015, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2014 (avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices), no montante de R\$ 35.887. A controlada indireta Eletropaulo manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 5 de outubro de 2015. Em 5 de fevereiro de 2016, a diretoria da ARSESP deliberou, em juízo de reconsideração, pela revisão do valor da penalidade, reduzida para R\$ 31.522. A controlada indireta Eletropaulo aguarda julgamento do recurso pela ANEEL.

21.2.34 Termo de Notificação nº 0005/2015

A controlada indireta Eletropaulo recebeu, em 12 de fevereiro de 2015, o Termo de Notificação 0005/2015-SFE-ARSESP, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2013 (avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices). A controlada indireta Eletropaulo manifestou-se tempestivamente sobre o TN em 10 de abril de 2015. A controlada indireta Eletropaulo recebeu em 8 de janeiro de 2016 o Auto de Infração nº 001/2016, no montante de R\$ 45.729, manifestando-se tempestivamente sobre o mesmo em 27 de janeiro de 2016. A controlada indireta Eletropaulo aguarda pela análise do recurso apresentado.

21.2.35 PIS/COFINS sobre receita de exportação

Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a controlada Uruguaiana no valor de R\$ 20.897 atualizado até 31 de dezembro de 2015 em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela controlada Uruguaiana.

Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável pelo Tribunal administrativo (CARF). Em janeiro de 2015 foi impetrado mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada Uruguaiana. Em decorrência, a controlada Uruguaiana interpôs recurso de apelação, o qual se encontra pendente de julgamento.

Apesar de o débito encontrar-se garantido através de seguro garantia, em agosto de 2015, a controlada Uruguaiana recebeu intimação relativa a execução fiscal que tem por objeto a cobrança dos mesmos débitos discutidos no referido mandado de segurança. Em setembro de 2015, foram opostos embargos à execução fiscal, os quais se encontram pendentes de julgamento.

21.2.36 Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE

A controlada Uruguaiana ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela controlada Uruguaiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da controlada Uruguaiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela controlada Uruguaiana, que determinou a suspensão da exigência dos valores, objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevido sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pela ONS e CCEE.

Em relação ao procedimento principal, que por sua vez, discute o mérito das alegações suscitadas pela controlada Uruguaiana, em fevereiro de 2014 sobrevoa sentença de 1ª instância julgando improcedentes os pedidos da controlada Uruguaiana, contra a qual foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) em 12 de março de 2014.

Em 16 de dezembro de 2015, julgando o recurso da controlada Uruguaiana, o TRF da 1ª Região confirmou a decisão de improcedência proferida pela primeira instância em relação ao procedimento principal. Em 31 de dezembro de 2015 a decisão ainda não havia sido disponibilizada. Até que se tenha acesso ao conteúdo da decisão do TRF da 1ª Região, a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima a probabilidade de perda da ação como possível.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Uruguaiana terá que desembolsar o valor estimado de R\$ 79.700, sendo que há provisão no valor de R\$ 37.769.

21.2.37 Requerimento de arbitragem

Em 6 de abril de 2009, a YPF apresentou requerimento de arbitragem contra a controlada Uruguaiana e as empresas Sulgás e Transportadora de Gás Del Mercosur S.A. (TGM) perante a Câmara de Comércio Internacional (ICC) requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de que a controlada Uruguaiana e a empresa Sulgás repudiaram e, unilateralmente e ilegalmente, rescindiram o contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998, e de que seriam elas as responsáveis por todo e qualquer dano experimentado pelas partes por conta de tal término.

Em 26 de março de 2009, a AES Uruguaiana apresentou requerimento de arbitragem perante a ICC, contra a YPF empresa argentina responsável pelo fornecimento de gás à controlada Uruguaiana, pleiteando o pagamento de indenização relacionada ao término do contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998 entre YPF, a controlada Uruguaiana e a Sulgás.

Em abril de 2011 os dois procedimentos arbitrais foram consolidados em procedimento único, tendo sido estabelecido um novo cronograma processual para o procedimento unificado. Em dezembro de 2011 foram realizadas as audiências para que fossem ouvidos os peritos e em janeiro de 2012 foram apresentadas as alegações finais de todas as partes.

Em maio de 2013 foi proferida decisão arbitral favorável a controlada Uruguaiana. Em junho de 2013 a YPF questionou judicialmente a decisão arbitral proferida em maio.

Em 29 de julho de 2013, o Tribunal Arbitral decidiu pela suspensão do procedimento de arbitragem até o dia 30 de setembro de 2013.

Em agosto de 2013, a controlada Uruguaiana apresentou ao Tribunal Arbitral pedido de reconsideração da decisão que determinou a suspensão da arbitragem, assim como iniciou ação judicial no Uruguai para anular essa decisão e obter assim o reconhecimento de que eventual pedido de anulação da sentença arbitral deveria ter sido apresentado perante o Poder Judiciário Uruguio.

Em 17 de outubro de 2013, o Tribunal Arbitral levantou a suspensão e retomou a arbitragem. O Tribunal Arbitral divulgou, em 10 de dezembro de 2013, o calendário processual final a ser seguido para a segunda fase da arbitragem, com início em janeiro de 2014, para que a controlada Uruguaiana, Sulgás e TGM apresentassem seus pedidos de indenização contra a YPF, o que foi feito pela controlada Uruguaiana, Sulgás e TGM em 10 de janeiro de 2014.

As audiências para essa fase foram marcadas para novembro de 2014. Em outubro de 2014, a YPF obteve liminar na Justiça Argentina determinando a suspensão da Arbitragem.

O Tribunal Arbitral, informado da decisão, pediu que as partes se manifestassem, o que foi feito em 15 de outubro de 2014. Em 28 de outubro de 2014, devido ao não adiantamento das audiências, a YPF informou a Justiça Argentina sobre a decisão do Tribunal Arbitral, que emitiu uma ordem judicial alertando as partes sobre possíveis sanções penais e econômicas para as partes que violarem a ordem de suspensão da Arbitragem.

Em 31 de outubro de 2014, o processo arbitral foi suspenso até 02 de fevereiro de 2015. A controlada Uruguaiana já obteve, em outras oportunidades, a seu favor, duas decisões no Uruguai (em julho e agosto de 2014) afirmando que a (i) jurisdição daquele país seria a única competente para rever as decisões do Tribunal Arbitral, (ii) que o Tribunal Arbitral deveria desconsiderar ações judiciais fora do Uruguai que discutam assuntos relacionados à arbitragem, e (iii) que a YPF deveria arcar com as despesas judiciais (e não iniciar novas ações) iniciadas na Argentina discutindo a validade da sentença arbitral.

Em 24 de abril de 2015, o Tribunal Arbitral levantou a suspensão do procedimento para consultar as partes quanto à continuação da Arbitragem, especialmente com relação à determinação de datas para audiência em que serão apurados os danos e sua extensão.

Em 10 de junho de 2015, o Tribunal propôs duas datas para realização de audiência para apuração dos danos: 19 e 20 de agosto de 2015 ou 6 e 7 de janeiro de 2016. Em 12 de junho de 2015, a controlada Uruguaiana e a Sulgás manifestaram ao Tribunal Arbitral sua disponibilidade e interesse na realização da audiência para apuração dos danos em 19 e 20 de agosto de 2015.

Em 02 de julho de 2015, o Tribunal Arbitral determinou que as audiências para apuração dos danos fossem realizadas em 16 e 17 de novembro de 2015.

Em 17 de julho de 2015, na ação anulatória do Laudo Arbitral de Mérito (Award) movida pela YPF na Justiça Argentina, a Suprema Corte Argentina (SCA), a partir de recurso da TGM, solicitou à Corte Administrativa de 2ª instância Argentina (CAA), que lhe fosse remetido o processo para analisar (i) se a Justiça Argentina é competente em relação à controlada Uruguuaia para julgar ação anulatória do Award e (ii) pedido de revogação da liminar que determinou a suspensão da arbitragem.

Em 19 de julho de 2015, a Corte Administrativa Argentina de 1ª instância revogou a citação da YPF feita em carta rogatória na ação anulatória iniciada pela controlada Uruguaiana, no Uruguai. A Corte Argentina entende que tem jurisdição internacional no caso, alegando que contratos de exportação de gás são matéria de ordem pública que deve ser julgada pelas Cortes Argentinas. A controlada Uruguaiana apresentou recurso contra a decisão.

Em 16 e 17 de novembro de 2015, embora os advogados da YPF e da TGM não tenham comparecido, foram realizadas as audiências para apuração dos danos, nas quais foram ouvidos os assistentes técnicos especialistas tanto da controlada Uruguaiana quanto da YPF e da TGM. Em 18 de dezembro de 2015, as partes apresentaram suas alegações finais.

Em 28 de dezembro de 2015, a Corte Administrativa Argentina de 2ª instância decidiu pela nulidade do Laudo Arbitral. Em 1º de fevereiro de 2016, a controlada Uruguaiana interpôs recurso para anulação da decisão da Corte Administrativa Argentina de 2ª Instância.

21.2.38 Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL

A controlada Uruguaiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, que somam o valor de R\$16.851, atualizado até 31 de dezembro de 2015. A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as demonstrações contábeis e fiscais.

21.2.39 Auto de Infração - Multa Isolada

Em março de 2010, a controlada Uruguaiana, foi intimada da lavratura de Auto de Infração, através do qual a Receita Federal visa a cobrança de R\$ 1.433, atualizado até 31 de dezembro de 2015, a título de multa isolada de 50% sobre as estimativas mensais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") relativas ao ano-calendário de 2005. Foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada Uruguaiana. Em janeiro de 2013, foi proferida decisão negando provimento ao recurso voluntário. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso especial.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas Eletropaulo e Uruguaiana contrataram cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme relacionadas abaixo:

	Consolidado	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal		41	1.644.271	0,35% a 2,75%
Cível		34	271.249	0,35% a 6,33%
Trabalhista		53	104.303	0,35% a 2,75%

22. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

	Controlada Eletropaulo	
	2015	2014
CIRCULANTE		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	482.102	–
Encargos do consumidor - Conta Centralizada dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (ii)	208.341	–
Outros encargos	61	–
Total	690.504	–

(i) De acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, foram definidas novas quotas para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE devidas pelas concessionárias de distribuição de energia para o ano de 2015.

(ii) Do total de R\$ 208.341, o montante de R\$ 1.978 refere-se à competência de novembro de 2015, liquidado no dia 8 de janeiro de 2016. O saldo remanescente de R\$ 206.363 refere-se ao montante faturado e não faturado da competência de dezembro de 2015.

23. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Consolidado	
	2015	2014
CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	25.464	–
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	3.706	–
Ministério de Minas e Energia	1.853	–
Eficiência energética	29.764	–
Subtotal	60.787	–
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	33.583	–
Eficiência energética	–	–
Subtotal	33.583	–
Total	94.370	–

24. Outras obrigações

	Consolidado	
	2015	2014
CIRCULANTE		
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	44.433	–
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios ^(*)	2.477	–
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	73.245	–
Empréstimo compulsório Eletrobrás	1.330	–
Recebimento em duplicidade de clientes	17.796	–
Programa Baixa Renda	3.833	–
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.198	–
PIS/COFINS - Diferença de alíquota	17.089	–
Credores diversos	16.419	–
Ajuste de Faturas - Consumidores	22.064	–
Bônus Itaipu	3.628	–
Outras	8.531	–
Total	271.473	–
NÃO CIRCULANTE		
Adiantamento relacionado a venda de bens	2.940	–
Outras	5.379	–
Total	8.319	–
Total Geral	279.792	–

(*) ICMS arrecadado a maior a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia, por força de reequilíbrio de unidades consumidoras na classe comercial de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios), com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. O montante atual de R\$2.477 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS. Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a controlada indireta Eletropaulo um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 7.2).

25. Receita diferida

	2015	2014
CIRCULANTE		
Metropolitan Life Seguros	1.773	–
Subtotal	1.773	–
NÃO CIRCULANTE		
Metropolitan Life Seguros	14.184	–
Subtotal	14.184	–
Total	15.957	–

Em 14 de novembro de 2014, a controlada AES Serviços assinou o contrato de estruturação de modelo de negócios com a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., denominada "MetLife".

O contrato é de exclusividade por um período de 10 anos e consiste na idealização, estruturação e implementação pela controlada AES Serviços, do modelo de negócio para a oferta e venda de produtos securitários a clientes que residem na área de concessão de distribuidoras de energia elétrica. Pela exclusividade, a controlada AES Serviços diferiu parte do valor recebido, o qual está sendo reconhecido no resultado, linearmente, pelo prazo de vigência do contrato.

Brasiliana Participações S.A.

(anteriormente denominada AES Brazilian Energy Holdings II S/A.)

CNPJ 08.773.191/0001-36

26. Patrimônio líquido

26.1 Capital social

Em 03 de março de 2015, a AES Brazilian Energy Holdings Ltda. e AES Brazil Investimento LLC, transferiram por cessão a totalidade de suas ações ordinárias para a AES Holdings Brasil Ltda. A AES Brazilian Energy Holdings Ltda transferiu 99 ações e AES Brazil Investimento LLC 1 ação.

Conforme apresentado na nota explicativa nº1, com a efetivação da reorganização societária envolvendo a Companhia, seu capital social foi aumentado em R\$ 1.791.711. Com o aumento de capital foram emitidas 599.999.901 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 50.000.007 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, que foram atribuídas aos acionistas da Companhia, na proporção do capital social por eles detido na Companhia Brasileira previamente à cisão parcial, na forma que passaram a deter a quantidade de ações apresentada a seguir:

	2015	ON	%	PN	%	TOTAL	%
AES Holdings Brasil	300.000.001	50,00%		7	0,00%	300.000.008	46,15%
BNDESPar	300.000.000	50,00%		50.000.000	100,00%	350.000.000	53,85%
Total	600.000.001	100%		50.000.007	100%	650.000.008	100%

c) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2015, foi aprovado o resgate total da conta de reserva de capital para distribuição proporcional entre AES Holdings Brasil e BNDESPAR, sem a redução do capital social da Companhia. O resgate foi realizado respeitando a participação proporcional dos acionistas no capital social, sendo assim, foram resgatadas 46.153.846 ações ordinárias e 1 ação preferencial de titularidade da AES Holdings Brasil, e 46.153.846 ações ordinárias e 7.692.307 ações preferenciais de titularidade da BNDESPAR. Em contrapartida ao resgate, a AES Holding Brasil fará jus ao recebimento do montante total de R\$128.216 e a BNDESPAR de R\$149.586, totalizando de R\$277.802. Com o resgate da reserva de capital a Companhia constituiu uma obrigação no mesmo valor no passivo circulante, na rubrica obrigações com acionistas. O pagamento foi efetivado em 04 de janeiro de 2016. A movimentação do resgate foi como segue:

	Saldo inicial	ON	%	PN	%	TOTAL	%
AES Holdings Brasil	300.000.001	50,00%		7	0,00%	300.000.008	46,15%
BNDESPar	300.000.000	50,00%		50.000.000	100,00%	350.000.000	53,85%
Total	600.000.001	100%		50.000.007	100%	650.000.008	100%

	Resgate	ON	%	PN	%	TOTAL	%
AES Holdings Brasil	(46.153.846)	50,00%		(1)	0,00%	(46.153.847)	46,15%
BNDESPar	(46.153.846)	50,00%		(7.692.307)	100,00%	(53.846.153)	53,85%
Total	(92.307.692)	100%		(7.692.308)	100%	(100.000.000)	100%

	Saldo final	ON	%	PN	%	TOTAL	%
AES Holdings Brasil	253.846.155	50,00%		6	–	253.846.161	46,15%
BNDESPar	253.846.154	50,00%		42.307.693	1,00	296.153.847	53,85%
Total	507.692.309	100%		42.307.699	1,00	550.000.008	100%

26.2 Composição acionária

	2015	2014		
	Ordinárias	Ordinárias		
	Quantidade	%	Quantidade	%
	–	–	99	99,00
	–	–	1	1,00
	253.846.155	50,00	–	–
	253.846.154	50,00	–	–
Total das ações	507.692.309	100,00	100	100
	Preferenciais	Preferenciais		
	Quantidade	Quantidade		

Acionistas				
AES Brazilian Energy Holdings Ltda.	–	–		
AES Brazil Investimento, LLC	–	–		
AES Holdings Brasil Ltda.	–	–		
BNDESPar	253.846.155	50,00		
Total das ações	42.307.699	100,00		

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial/outras resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes relativos a controlada indireta Eletropaulo eram compostos pela maior valia dos ativos registrados em 2007 e por perdas e ganhos atuariais do plano de pensão, respectivamente. O saldo reflexo dessa mais valia em 31 de dezembro de 2015, líquido da amortização e impostos é de R\$213.718.Em consequência, a Companhia e sua controlada AES Elpa registraram ajuste de avaliação patrimonial reflexo, na conta de investimentos, em contrapartida a conta específica no patrimônio líquido, conforme segue:

	Descrição	%	Ajuste Avaliação Patrimonial	Perda atuarial
	Saldo registrado na controlada Eletropaulo		612.855	(813.740)
	Participação da AES Elpa na Eletropaulo	30,97%	189.799	(252.012)
	Participação da Companhia na Eletropaulo	4,44%	27.227	(36.151)
	Participação da Companhia na AES Elpa	98,26%	186.491	(247.619)
	Saldo reflexo registrada na Companhia		213.718	(283.770)
	O montante de outros resultados abrangentes está relacionado à perda atuarial do plano de pensão da controlada indireta Eletropaulo, e apresenta um saldo reflexo negativo de R\$283.770 (líquido de imposto de renda e contribuição social).			

26.4 Reservas

	2015	2014
Composição dos saldos das reservas:		
Reservas de lucro:		
Reserva legal	187.170	–
Reserva estatutária	73.318	–
Subtotal	260.488	–

A reserva legal e a reserva estatutária foram incorporadas no processo de reorgan

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30.2. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

		2015		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa		152.182	152.182	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado	
Investimentos de curto prazo		789.565	789.565	Ativos financeiros disponíveis para venda	
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias		2.592.876	2.592.876	Empréstimos e recebíveis	
Contas a receber - acordos		98.967	98.967	Empréstimos e recebíveis	
Cauções e depósitos vinculados		500.204	500.204	Empréstimos e recebíveis	
Ativo financeiro de concessão		2.004.798	2.004.798	Ativos financeiros disponíveis para venda	
Ativo financeiro setorial, líquido		1.340.900	1.340.900	Empréstimos e recebíveis	
Total		7.479.492	7.479.492		
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores		1.931.363	1.931.363	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Contas a pagar por compra de energia - CCEE		70.887	70.887	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Empréstimos e financiamentos		513.238	500.421	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Debêntures		3.046.123	2.987.463	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Arrendamento financeiro		43.914	43.181	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Subvenções governamentais		10.535	10.535	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Encargos tarifários e do consumidor a recolher		690.504	690.504	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		71.894	71.894	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Total		6.378.458	6.306.248		

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro da concessão, a controlada indireta Eletropaulo mensura o valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso ocorra uma mudança no WACC Regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. Em 31 de dezembro de 2015 a controlada indireta Eletropaulo concluiu que não há diferenças entre essas taxas.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

30.3. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros consolidados, registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

		2015				
		Valor justo	Mensuração			
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa		152.182	150.066	2.116	–	
Investimentos de curto prazo		789.565	–	789.565	–	
Ativo financeiro de concessão		2.004.798	–	2.004.798	–	
Total - Ativo		2.946.545	150.066	2.976.479	–	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

30.4. Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia e suas controladas contam com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A eficácia dos controles chaves implementados pela Companhia e suas controladas para garantir a exatidão das demonstrações contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia e suas controladas elaboram planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

A Companhia e suas controladas contam também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e investigativo. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia e suas controladas, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, o terceiro os controles de segurança da informação e o quarto a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todos em conformidade com a Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia e suas controladas. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da The AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados ao Conselho de Administração e Fiscal periodicamente, quando aplicável.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Distribuição

Contas a receber

A controlada indireta Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada indireta Eletropaulo tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Na controlada AES Serviços, as vendas de serviços técnicos são principalmente realizadas com Companhias do mesmo grupo econômico (AES Eletropaulo) e regulamentadas pela ANEEL e por isso possuem alta liquidez e baixo risco para a Empresa.

Na controlada Uruguaiana, durante os meses em que esteve em operação, a energia produzida foi liquidada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. A liquidação financeira é realizada mensalmente pela CCEE e marca o momento de pagamento e recebimento de todos os débitos e créditos apurados no processo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado à aplicação financeira depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de contratação, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis da composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de *risk rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e suas controladas: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira; (ii) Critério de PL da Companhia e de suas controladas: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2015 é:

		2015	
Consolidado			
Caixa e equivalentes de caixa		152.182	–
Investimentos de curto prazo		789.565	–
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias		2.592.876	–
Contas a receber - Acordos		98.967	–
Total da exposição		3.633.590	–

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para execução de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e de suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de "empréstimos e financiamentos" e "debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 18. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

		Consolidado				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015		Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores		1.931.363	–	–	–	–
Contas a pagar por compra de energia - CCEE		–	–	70.887	–	–
Empréstimos e financiamentos		16.323	91.215	237.992	357.231	23.199
Debêntures		233.244	823.729	893.929	2.037.201	426.555
Arrendamento financeiro		3.293	8.431	8.674	15.674	7.842
Encargos tarifários e do consumidor a recolher		690.504	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		671	71.223	–	–	–
Total		2.875.398	994.598	1.211.482	2.410.106	457.596

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2015.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Risco de mercado

Gestão de capital

A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, demonstramos a dívida líquida consolidada.

		Consolidado	
		2015	2014
Empréstimos e financiamentos		513.238	–
Debêntures		3.046.123	–
Arrendamento financeiro		43.914	–
Caixa e equivalentes de caixa		(152.182)	–
Investimentos de curto prazo		(789.565)	–
Dívida líquida		2.661.528	–
Patrimônio líquido		1.982.147	–
Dívida líquida/Patrimônio líquido		134,28%	0,00%

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2015, 134,28% era de curto prazo e o prazo médio era de 4,5 anos.

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, SELIC e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia e de suas controladas são afetados pela variação desses índices.

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e de suas controladas aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2015 é:

		Consolidado	
		2015	2014
Investimentos de curto prazo		789.565	–
Empréstimos e financiamentos		(388.223)	–
Debêntures		(3.081.068)	–
Total da exposição líquida		(2.679.726)	–

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima se referem somente às dívidas indexadas ao CDI, SELIC e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia e suas controladas estavam exposta na data-base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

				Projeção Receitas Financeiras - 01 ano					
		Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 2015	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI					7,69%	11,54%	15,38%	19,23%	23,07%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)			CDI	789.565	60.718	91.116	121.435	151.833	182.153
Subtotal		789.565			60.718	91.116	121.435	151.833	182.153

				Projeção Despesas Financeiras - 01 ano					
		Dívidas - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 2015	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI					7,69%	11,54%	15,38%	19,23%	23,07%
Debêntures - 9ª Emissão - Controlada Eletropaulo			CDI+1,12% a.a.	(184.297)	(16.395)	(23.570)	(30.726)	(37.901)	(45.058)
Debêntures - 11ª Emissão - Controlada Eletropaulo			CDI+1,75% a.a.	(204.928)	(19.621)	(27.649)	(35.656)	(43.684)	(51.690)
Debêntures - 13ª Emissão - Controlada Eletropaulo			CDI+1,50% a.a.	(282.299)	(26.269)	(37.300)	(48.303)	(59.335)	(70.338)
Debêntures - 14ª Emissão - Controlada Eletropaulo			CDI+1,50% a.a.	(607.757)	(56.554)	(80.304)	(103.991)	(127.741)	(151.429)
Debêntures - 15ª Emissão - Controlada Eletropaulo			CDI+1,24% a.a.	(774.486)	(69.900)	(100.088)	(130.197)	(160.384)	(190.493)
Debêntures - 16ª Emissão - Controlada Eletropaulo			CDI+2,40% a.a.	(193.919)	(19.924)	(27.569)	(35.195)	(42.840)	(50.465)
Debêntures - 17ª Emissão (2ª série) - Controlada Eletropaulo			CDI+1,90% a.a.	(96.519)	(9.397)	(13.184)	(16.961)	(20.747)	(24.524)
Debêntures - 18ª Emissão (1ª série) - Controlada Eletropaulo			CDI+2,85% a.a.	(206.991)	(22.271)	(30.467)	(38.642)	(46.838)	(55.013)
Debêntures - 18ª Emissão (2ª série) - Controlada Eletropaulo			CDI+2,85% a.a.	(206.991)	(22.271)	(30.467)	(38.642)	(46.838)	(55.013)
Debêntures - 19ª Emissão - Controlada Eletropaulo			CDI+2,95% a.a.	(322.881)	(35.087)	(47.885)	(60.649)	(73.447)	(86.211)
CCB - Bradesco - Controlada Eletropaulo			CDI+1,50% a.a.	(302.463)	(28.145)	(39.965)	(51.754)	(63.573)	(75.362)
FINEM - Subcrédito B - Controlada Eletropaulo			SELIC+4,22% a.a.	(62.651)	(7.665)	(10.179)	(12.686)	(15.200)	(17.707)
FINEM - Subcrédito E - Controlada Eletropaulo			SELIC+3,20% a.a.	(23.109)	(2.573)	(3.492)	(4.407)	(5.326)	(6.241)
Subtotal		(3.469.291)		(336.072)	(472.119)	(607.809)	(743.854)	(879.544)	(1.050.544)
TJLP					3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%
FINEM - Subcrédito A - Controlada Eletropaulo			TJLP + 4,22% a.a.	(58.163)	(4.576)	(6.537)	(6.698)	(7.759)	(8.819)
Subtotal		(6.996.745)		(676.720)	(949.875)	(1.222.316)	(1.495.467)	(1.495.467)	(1.767.907)
Total da exposição líquida		(2.679.726)		(275.354)	(381.003)	(486.374)	(592.021)	(697.391)	(879.544)

Risco de moeda

A controlada indireta Eletropaulo está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo financeiro setorial, líquido).

Risco de preço

Revisão Tarifária Extraordinária de 2015

A ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria ocorrida em 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) a ser aplicada a partir de 2 de março de 2015 às distribuidoras de energia elétrica, em função do distanciamento entre os custos efetivos com compra de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2015				
	Ativo	Passivo	Ativo líquido apresentado no Balanço Patrimonial	Itens em amortização 04.07.2014 até 03.07.2015	Itens em constituição 04.07.2015 até 03.07.2016
CIRCULANTE					
Itens da Parcela A:					
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	689.908	—	689.908	304.635	385.273
Conta de Consumo de Combustível - CCC	—	—	—	—	—
Energia Itaipu - custo/variação cambial	630.070	(595)	629.475	116.585	512.890
Encargos do serviço do sistema - ESS	17.424	(259.467)	(242.043)	(259.467)	17.424
Transporte de energia - Itaipu	5.747	—	5.747	4.311	1.436
Transporte de energia pela rede básica	24.909	—	24.909	16.599	8.310
Compra de energia elétrica	732.834	(108.646)	624.188	732.834	(108.646)
Proinfa	209	(5.980)	(5.771)	(5.678)	(93)
Total dos itens da Parcela A	2.101.101	(374.688)	1.726.413	909.819	816.534
Outros componentes financeiros da tarifa:					
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	—	—	—	—	—
Efeito Neutralidade	61.237	—	61.237	10.042	51.195
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	—	(255.112)	(255.112)	(210.994)	(44.118)
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	—	(615.636)	(615.636)	(278.818)	(336.818)
Revisão Tarifária - Fator Xe	—	—	—	—	—
Postergação Revisão Tarifária 2011	—	—	—	—	—
Revisão Tarifária - Universalização	—	—	—	—	—
Fator Xc - Devolução tarifária - nota explicativa nº 18.1 (d.4)	—	(58.100)	(58.100)	—	(58.100)
Outros componentes financeiros	32.719	(49)	32.670	16.451	16.219
Total dos outros componentes financeiros da tarifa	93.956	(928.897)	(834.941)	(463.319)	(371.622)
Total do circulante	2.195.057	(1.303.585)	891.472	446.500	444.972
NÃO CIRCULANTE					
Itens da Parcela A:					
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	385.273	—	385.273	—	385.273
Transporte de energia pela rede básica	8.310	—	8.310	—	8.310
Encargos do serviço do sistema - ESS	17.424	—	17.424	—	17.424
Energia Itaipu - custo/variação cambial	512.890	—	512.890	—	512.890
Compra de energia elétrica	—	(103.080)	(103.080)	—	(103.080)
Proinfa	—	(93)	(93)	—	(93)
Transporte de energia - Itaipu	1.436	—	1.436	—	1.436
Total dos itens da Parcela A	925.333	(103.173)	822.160	—	822.160
Outros componentes financeiros da tarifa:					
Efeito Neutralidade	51.195	—	51.195	—	51.195
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	—	(336.818)	(336.818)	—	(336.818)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	—	(15.700)	(15.700)	28.418	(44.118)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	—	(87.629)	(87.629)	—	(87.629)
Outros componentes financeiros	16.220	—	16.220	—	16.220
Total dos outros componentes financeiros da tarifa	67.415	(440.147)	(372.732)	28.418	(401.150)
Total do não circulante	992.748	(543.320)	449.428	28.418	421.010
TOTAL	3.187.805	(1.846.905)	1.340.900	474.918	865.982

(*) A Resolução Normativa nº 660, de 28 de abril de 2015, aprovou nova versão para o Submódulo 2.1 - Procedimentos Gerais do Proret, incluindo o item 3.4 Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo. O item 3.4 define que "A partir da segunda revisão posterior ao 3CRTP, os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser subtraídos da Parcela B, proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário". Desta forma e de acordo com o estabelecido no Despacho de Encerramento nº 245 da ANEEL, de 28 de janeiro de 2016, os montantes referentes à receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), anteriormente registrados como obrigações especiais foram contabilizados como passivos financeiros setoriais, no montante de R\$ 87.629. Ainda de acordo com o Despacho de Encerramento, os valores devem ser corrigidos pela SELIC.

32. Seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	4/1/2016	1/1/2017	R\$ 3.750.000
Vida em grupo	1/1/2016	1/1/2017	25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	4/1/2015	4/1/2016	R\$ 30.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O	4/1/2015	4/1/2016	R\$ 100.000
Riscos ambientais	4/1/2015	4/1/2016	R\$ 10.000
Frota de veículos - RCF	4/1/2015	4/1/2016	RCFV garantia única R\$ 1.000

O seguro de frota de veículos - RCF - é contratado individualmente pela controlada indireta Eletropaulo. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento a base de critério do rateio.

33. Compromissos

O principal insumo da controlada indireta Eletropaulo é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 1º de janeiro de 2016, a controlada indireta Eletropaulo passou a possuir quatro tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física - CCGF; e (iv) compras através de Leilão.

Adicionalmente, a controlada indireta Eletropaulo incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada indireta Eletropaulo também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andrés Ricardo Gluski Weilert
Presidente do Conselho

Berned Raymond Da Santos Ávila

Britaldo Pedrosa Soares

Victor Guilherme Títo

Marcelo de Carvalho Lopes

DIRETORIA

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Vice-Presidente

Marcelo Antonio de Jesus
Diretor de Controladoria e Planejamento Tributário
Renato Resende Paes
Contador - CRC 1SP308201/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Brasiliiana Participações S.A. (anteriormente denominada AES Brazilian Energy Holdings II S/A.)
Barueri - São Paulo
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasiliiana Participações S/A. ("Companhia"), anteriormente denominada AES Brazilian Energy Holdings II S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasiliiana Participações S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos
Demonstrações contábeis de exercício anterior examinadas por outro auditor independente
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cuja opinião sem modificação foi emitida em 27 de março de 2015.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 15 de fevereiro de 2016

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC-1SP132776/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

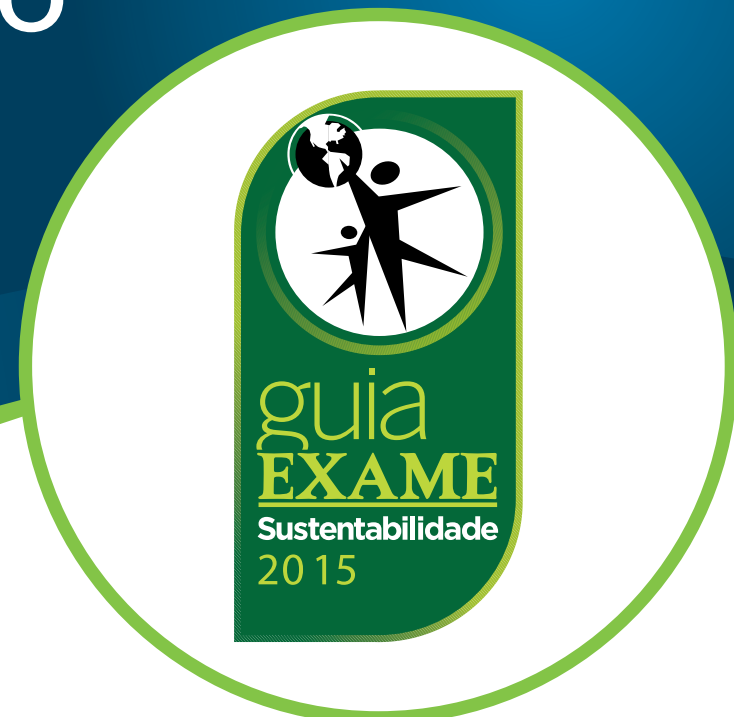
Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Uilhóa Rodrigues, nº 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., e reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Barueri, 15 de fevereiro de 2016
Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Vice-Presidente

AES BRASIL É A EMPRESA-MODELO EM SUSTENTABILIDADE DO SETOR DE ENERGIA.



O reconhecimento atesta nosso compromisso em atrelar a sustentabilidade à estratégia de negócio da companhia e promover o bem-estar e o desenvolvimento coletivo, por meio do fornecimento seguro e sustentável de energia.